



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DAPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS VII  
COLEGIADO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MARCIANA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO**

**TRANSPARÊNCIA SOCIOAMBIENTAL:  
Uma análise das práticas na Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A.**

Senhor do Bonfim  
2014

**MARCIANA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO**

**TRANSPARÊNCIA SOCIOAMBIENTAL:  
Uma análise das práticas na Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A.**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação do *Campus VII* - Senhor do Bonfim da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Senhor do Bonfim  
2014

# MARCIANA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO

## TRANSPARÊNCIA SOCIOAMBIENTAL:

### Uma análise das práticas na Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A.

Monografia apresentada ao Departamento de Educação do *Campus VII - Senhor do Bonfim* da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

#### PARECER:

1. Trabalho aprovado sem alteração. (     )
2. Trabalho aprovado com sugestão. (     )
3. Trabalho não aprovado. (     )

Data da aprovação     /     /

#### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. Francisco Marton Gleuson Pinheiro  
Universidade do Estado da Bahia  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Ricardo José Rocha Amorim  
Universidade do Estado da Bahia  
(Examinador)

---

Prof. Me. Romilson do Carmo Moreira  
Universidade do Estado da Bahia  
(Examinador)

## AGRADECIMENTOS

Em todos os momentos da minha vida agradeço a Deus pelos obstáculos ultrapassados, pelas vitórias alcançadas e a vida que Ele me deu.

Nesse momento aproveito a oportunidade para agradecer a todas as pessoas que me ajudaram e me apoiaram de alguma forma na execução desta monografia.

À minha mãe que sempre me apoiou e confiou no meu potencial.

Ao meu professor Orientador Me. Francisco Marton Gleuson Pinheiro, pela disposição e dedicação no desenvolvimento da minha pesquisa acadêmica.

Agradeço às minhas amigas Maria de Fátima e Thaiz que durante essa jornada compartilhou comigo os momentos divertidos e difícil que passamos juntas.

Aos amigos e colegas da turma de 2009.2, por todo carinho e convívio durante esses anos e por todo o conhecimento que construímos juntos.

Agradeço aos mestres: Tânia Bomfim, Daniel Pereira, Ariel Leite, Raimundo Nonato, Francisco Arapiraca, Hellen Ribeiro, Franklin e Ricardo pelos conhecimentos compartilhados, que com muita dedicação e qualificação colaboraram significativamente na minha formação profissional.

Agradeço Tayse Lacerda que me ajudou na correção ortográfica da minha pesquisa

Agradeço a todos os funcionários da UNEB, principalmente a Edval do colegiado de Contábeis.

Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me ajudaram e contribuíram com mais essa vitória da minha vida.

*Cada um tem de mim exatamente o que cativou, e cada um é responsável pelo que cativou, não suporto falsidade e mentira, a verdade pode machucar, mas é sempre mais digna. Bom mesmo é ir a luta com determinação, abraçar a vida e viver com intensidade. Perder com classe e vencer com ousadia, pois o triunfo pertence a quem mais se atreve e a vida é muito para ser insignificante. Eu faço e abuso da felicidade e não desisto dos meus sonhos. O mundo está nas mãos daqueles que tem coragem de sonhar e correr o risco de viver seus sonhos.*

**Charles Chaplin**

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar as práticas de transparência de natureza socioambiental adotadas pela Embasa. Para alcançar o objetivo principal da pesquisa foi realizada análise de conteúdo das informações de natureza socioambiental divulgadas pela Embasa, resultando em estudo de natureza qualitativa. A pesquisa considerou as categorias social interna, social externa e ambiental. O resultado da pesquisa mostrou que a Embasa adota as práticas de divulgação e publicação do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e do Balanço Social como metodologia de transmissão das informações socioambientais. No entanto, evidenciou-se mais informações internas, que dizem respeito aos seus funcionários, com menor nível de divulgação para as informações de âmbito externo e ambiental. Identificou-se que nas Demonstrações Financeiras não foram encontradas informações socioambientais, e que por sua vez foram encontradas no Relatório de Sustentabilidade e Balanço Social. Diante do exposto, acredita-se que o estudo possa contribuir como instrumento de divulgação da responsabilidade socioambiental da Embasa e que sirva para o desenvolvimento de novos estudos que tratem das práticas de transparência na evidenciação das informações socioambientais pelas empresas que são consideradas impactantes ambientais.

**Palavras-Chave:** Transparência Socioambiental, Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social.

## ABSTRACT

This study aimed to identify the socio-environmental transparency practices adopted by Embasa . To achieve the main objective of the research was conducted socio-environmental information of content analysis released by Embasa , resulting in qualitative study . The research considered the internal social categories, external social and environmental . The research result showed that Embasa adopts the practices of dissemination and publication of the Sustainability Report , Financial Statements and the Social Report as transmission methodology of social and environmental information . However , evidence of more internal information relating to its employees, with lower level of disclosure for the information of external and environmental context . It was found that in the financial statements were not found social and environmental information , and that in turn were found in the Sustainability Report and Social Report . Given the above, it is believed that the study will contribute to dissemination tool of social and environmental responsibility of Embasa and serve for the development of new studies that address the transparency practices for disclosure of social and environmental information by companies that are considered environmental impactful .

**Keywords :** Environmental Transparency, Sustainability Report, Financial Statements and Balance Sheet .

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| <b>Quadro 1</b> - Princípios fundamentais do Sistema de Gestão Ambiental ..... | 19 |
| <b>Quadro 2</b> - Evolução por Categoria <i>versus</i> Demonstrativo.....      | 33 |
| <b>Quadro 3</b> - Evolução por Ano <i>versus</i> Categorias .....              | 33 |
| <b>Quadro 4</b> - Evolução por Demonstrativos <i>versus</i> Ano .....          | 34 |
| <b>Quadro 5</b> - Identificação de informações socioambientais .....           | 38 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                |  |
|----------------|--|
| <b>ADVB/SC</b> | Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – Santa Catarina |
| <b>BOVESPA</b> | Bolsa de Valores de São Paulo  |
| <b>DFPs</b>    | Demonstrações Financeiras Padronizadas                                     |
| <b>GRI</b>     | Global Reporting Initiative  |
| <b>IBASE</b>   | Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica                         |
| <b>IBGE</b>    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas                           |
| <b>NBCT 15</b> | Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas 15                            |
| <b>ONGs</b>    | Organizações Não-Governamentais  |
| <b>SGA</b>     | Sistema de Gestão Ambiental  |
| <b>UNEB</b>    | Universidade do Estado da Bahia  |

## SUMÁRIO

|              |   |    |
|--------------|---|----|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 11 |
| <b>2</b>     | <b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....  | 17 |
| 2.1          | Contabilidade ambiental .....   | 17 |
| 2.2          | Gestão ambiental .....  | 18 |
| 2.3          | Governança ambiental .....  | 20 |
| 2.4          | Práticas de transparências socioambientais adotadas pelas empresas..... | 22 |
| <b>2.4.1</b> | <b>Relatório de Sustentabilidade</b> .....                              | 24 |
| <b>2.4.2</b> | <b>Demonstrações Financeiras</b> .....                                  | 25 |
| <b>2.4.3</b> | <b>Balanco Social</b> .....   | 26 |
| 2.5          | Normas de evidenciação de natureza socioambiental .....                 | 29 |
| <b>3</b>     | <b>METODOLOGIA</b> .....  | 31 |
| 3.1          | Tipos de pesquisa .....   | 31 |
| 3.2          | Fontes de coleta de dados .....   | 32 |
| 3.3          | Procedimentos para registro e análise dos dados .....                   | 32 |
| <b>4</b>     | <b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS</b> .....                     | 35 |
| 4.1          | Práticas de transparência socioambiental .....                          | 35 |
| 4.2          | Análises dos principais achados .....                                   | 37 |
| <b>5</b>     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                       | 42 |
|              | <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 44 |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as práticas de transparência de natureza socioambiental adotadas pela Embasa, diante dos demonstrativos publicados e divulgados pela empresa, disponibilizados em *site*. A transparência socioambiental pode ser entendida como uma forma de as empresas divulgarem e publicarem informações de sua organização. Esse tema vem se destacando no decorrer dos tempos devido aos problemas relacionados ao meio-ambiente que acabam impactando direta ou indiretamente a sociedade.

Na realização das atividades corporativas, as empresas utilizam-se de recursos naturais que acabam impactando a sociedade. Como forma de se manter no mercado competitivo, as empresas vêm adotando práticas de transparências como objetivos de *marketing* e de prestar contas para todos os *Stakeholders* de informações internas, externas e ambientais. Em busca de sua estabilidade no mercado competitivo, as empresas estão usando como estratégicas as transparências de suas atividades com o objetivo de mostrar para a sociedade que trabalha em cima do desenvolvimento sustentável.

Atualmente a sociedade está consciente e vem cobrando das organizações uma posição mais responsável sobre o meio-ambiente. Diante deste contexto, as empresas estão desenvolvendo suas atividades de forma sustentável. Agindo dessa forma, elas mostram suas contribuições e preocupações com a preservação ambiental.

Na busca pela transparência das informações socioambientais, as entidades elaboram anualmente demonstrativos como forma de prestar contas para a sociedade sobre suas atividades empresariais, sejam financeira, econômica, social ou ambiental. A contabilidade que vai auxiliar as empresa na evidenciação das informações de natureza socioambiental, através do Relatório de Sustentabilidade, Demonstrações Financeira e do Balanço Social. Essas práticas vão dar maiores transparências de informações social e ambiental para os diversos usuários.

A maioria das empresas utilizam um modelo de relatório mundialmente conhecido, o *Global Reporting Initiative* (GRI), que é um modelo que vai indicar as informações no que se refere à comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das

organizações com o objetivo de proporcionar uma maior credibilidade, comparabilidade, periodicidade e legitimidade das informações socioambientais.

O relatório Demonstrações Financeiras tem o objetivo de registrar e mensurar os valores monetários dos fatos e atos da situação patrimonial da entidade, dando um suporte na tomada de decisões, conforme podem ser comprovados com estudos de Rover et al. (2009). Portanto, torna-se relevante que as informações de natureza ambiental sejam evidenciadas nas demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras é essencial para a comunicação de informações de eventos socioambientais das empresas. Esse demonstrativo representa os ativos, passivos, gastos, despesas, receitas e custos relacionados ao socioambiental das empresas. A função principal desse demonstrativo é mostrar para todos os *Stakeholders* o montante utilizado pela empresa para diminuir os impactos que suas atividades operacionais causam ao meio ambiente e a sociedade.

No que se refere ao relatório Balanço Social, atualmente, o modelo de balanço mais utilizado no mundo e principalmente no Brasil é o do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômico (IBASE), que é o mais fácil de ser compreendido por todos os usuários da informação. O Balanço Social é um demonstrativo que possui normas específicas que é a (NBC T 15) que trata das informações sociais e ambientais e tem o objetivo de evidenciar a participação e responsabilidade social da entidade.

Costa et al. (2013) elucidam que as práticas adotadas pelas empresas de publicações de informações de responsabilidade socioambiental de forma eficaz e de boa qualidade é imprescindível para o alcance da legitimidade. O mesmo autor cita que a legitimidade é influenciada pela divulgação de informações sobre o desempenho da organização e não simplesmente pela sua realização.

A Contabilidade Socioambiental vai estabelecer caminhos para que as empresas possam buscar mecanismos para legitimar-se perante a sociedade; procura estabelecer princípios para que as empresas possam adotar uma postura de responsabilidade socioambiental para programar sempre dentro de sua organização programas de melhoramento de seus impactos com o meio ambiente e que acabam interferindo na integridade da sociedade.

Vale ressaltar que as informações socioambientais servem para que as empresas demonstrem para a sociedade o que está sendo feito para melhoria e manutenção do bem estar da sociedade e do meio ambiente independentemente de ser exigidos em leis ou não.

Essa pesquisa mostra que as empresas que trabalham de forma transparente têm um grande destaque no mercado. Uma das vantagens são os prêmios que se têm ao publicarem e divulgarem informações socioambientais de forma clara e objetiva e que sejam de fácil interpretação por qualquer indivíduo da sociedade.

Acredita-se que, dessa forma, os estudos dessa linha de pesquisa servirão como amostra da relação entre os *Stakeholders* e o meio ambiente, relevando de forma parcial qual a responsabilidade da empresa pelos impactos causados ao meio ambiente.

O problema da pesquisa esboçada no Projeto de Pesquisa que deu origem a este trabalho caracterizou-se diante da contextualização apresentada sobre as práticas de transparência das informações socioambientais das empresas e de que a Contabilidade Socioambiental contribui para o desenvolvimento sustentável. Esta uma ciência que estuda o patrimônio das empresas tem por obrigação estudar também os impactos do patrimônio das organizações sobre a sociedade e o meio-ambiente. Assim, indaga-se: Quais as práticas de transparências de natureza socioambiental adotadas pela Embasa?

O objetivo geral deste estudo, explicitado também no Projeto de Pesquisa foi o de identificar as práticas de transparências de natureza socioambiental adotadas pela Embasa.

Como objetivos específicos formularam-se os seguintes itens: a) Tratar das práticas de natureza socioambiental adotadas no âmbito corporativo; e b) Analisar as práticas de transparência adotadas pela Embasa.

Os argumentos de justificativa deste texto explicam-se a partir dos estudos que se encaixam na mesma linha de pensamentos como os de Costa et al., (2013), Do Nascimento et al., (2009), Rezende, Junqueira e Medeiros (2008), Rover et al., (2008), Voss, Afitscher e Da Cruz (2010).

Entretanto, os estudos citados anteriormente, caracterizam-se com a pesquisa, pois cada estudo aborda as informações divulgadas e publicadas pelas empresas nos aspectos de sua responsabilidade social e ambiental como objetivo de informar em quais dos demonstrativos ou relatório as empresas divulgam uma maior quantidade de informações tanto interna, externa, financeira, econômica e ambiental.

Rezende, Junqueira e Medeiros (2008) realizaram uma pesquisa na qual examinaram as práticas de responsabilidade social de empresas apresentadas no Guia de Sustentabilidade, publicado na Revista Exame, em 2007. O resultado constatou que em todas as empresas examinadas há responsabilidade social tanto interna como externamente. No aspecto ambiental, as empresas demonstraram preocupar-se com as questões ambientais e trabalhar voluntariamente junto a seus funcionários.

A pesquisa de Rover *et al.* (2008) investigou as informações no Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) de caráter ambiental divulgado voluntariamente pelas empresas brasileiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) em 2006 pertencente aos setores de altos impactos ambientais. O resultado dessa pesquisa mostrou que as empresas divulgam poucas informações negativas a seu respeito, e que as informações socioambientais aparecem em grande parte só no relatório da administração e não são auditadas. Percebe-se ainda que as informações que são consideradas ruins são evidenciadas em notas explicativas.

Mais especificamente, o estudo de Do Nascimento *et al.* (2009) analisou os artigos publicados em periódicos de contabilidade em língua inglesa entre os períodos de 1997 a 2007 sobre a *Disclosure* Social e Ambiental (DAS), na temática social, ambiental. O resultado constatou que a principal temática identificadas nesses periódicos é a ambiental.

O resultado da pesquisa de Voss, Pfitscher e Da Cruz (2010) teve como objetivo analisar como as entidades premiadas pela ADVB/SC (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, seccional de Santa Catarina) no evento Empresa Cidadã 2006 tentam demonstrar a responsabilidade social corporativa e evidenciam informações dadas. Os resultados apontaram que apenas uma entidade cumpre com a publicação do Balanço Social junto a relatório expositivo; outra entidade divulga suas ações sociais e ambientais por meio de relatórios próprios, no período analisado.

Diante da importância do tema em questão sobre o Transparência Socioambiental e as práticas adotada pela empresa, Costa *et al.* (2013) investigou os conteúdos do Relatórios de Sustentabilidade de empresas premiadas no Guia Exames de Sustentabilidade, 2009 e vencedoras do Prêmio ECO, da AMCAM e da revista Valor Econômico, nos anos de 2007, 2008 e 2009. O estudo constatou que as empresas de capital fechado estão assumindo o controle e a divulgação de práticas de responsabilidade socioambiental. A pesquisa aponta

como resultado que a dimensão social externa foi a que mais aumentou e a econômica foi menos expressiva nos dois primeiros anos. Isso mostra que o Relatório de Sustentabilidade foi utilizado essencialmente como prática de responsabilidade socioambiental.

Os trabalhos relacionados nessa área servirão como instrumentos de evidenciação de informações que indicam a responsabilidade socioambiental da empresa para com a sociedade, contribuindo como mecanismo de transparência para se legitimar perante os diversos usuários.

Para a construção desta pesquisa, a escolha da empresa foi de extrema relevância na obtenção dos resultados. A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, pessoa jurídica de direito privado, tendo como acionista majoritário o governo do estado da Bahia; presta serviços de fornecimento de água tratada, coleta, tratamento e disposição final de esgoto sanitário, tendo como macroestratégia do planejamento do governo do estado: universalizar o acesso ao saneamento e, por consequência, reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Por atuar em 87% dos municípios baianos a Embasa tem uma responsabilidade socioambiental maior perante a sociedade, pois os seus serviços são essenciais para a sobrevivência da população. Dessa maneira, a empresa tem uma obrigação maior de prestar contas para os diversos *Stakeholders*.

Acredita-se que, o presente trabalho possa contribuir para com nova pesquisa relacionada ao tema Contabilidade Socioambiental principalmente na transparência da evidenciação e mensuração dos gastos, ativos, passivos e custos socioambientais, como também na qualidade das informações socioambientais dentro dos demonstrativos na visão da sociedade.

A pesquisa apresentou como delimitação o fato de que só foram analisadas as informações sociais internas, externas e ambientais dentro do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social. O presente estudo apresentou como principal delimitação a identificação das informações sociais e ambientais divulgadas e publicadas pela Embasa.

Assim, restringiu-se investigar no *site* da Embasa, através do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social, as informações evidenciadas pela empresa no que se referem às suas práticas social interna, externa e ambiental.

Esse trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo-se esta introdução, que contextualiza o tema, apresenta o problema da pesquisa, os objetivos, as justificativas e a delimitação do estudo.

O capítulo 2 refere-se à fundamentação teórica que tem o objetivo de nortear a pesquisa, apresentando um embasamento de estudos já publicados sobre a temática.

O capítulo 3 é representado pelos procedimentos metodológicos para satisfazer os objetivos apresentados por esta pesquisa. Nesse capítulo, são identificados os modelos propostos, assim como a apresentação do instrumento de pesquisa.

O capítulo 4 tratou da apresentação dos resultados e de suas análises. E, por fim, o capítulo 5 que apresenta as considerações finais dessa pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesse capítulo buscou-se trazer definições e as características da Contabilidade Ambiental, Gestão Ambiental, Governança Ambiental, Práticas de Transparências Socioambientais adotadas pelas empresas e as Normas de Evidenciações de Natureza Socioambientais.

### **2.1 Contabilidade ambiental**

A Contabilidade como Ciência que estuda o patrimônio das empresas e sua inter-relação tem por obrigação oferecer subsídios às empresas nos assuntos que dizem respeito ao socioambiental das organizações. Os problemas ambientais muitas vezes são provocados pelas atividades empresariais, que na sua maioria utilizam-se de recursos naturais que acabam provocando impactos ambientais. Nesse sentido, surgiu a Contabilidade Ambiental que, como Ciência, apresenta um sistema de registro e controle que contribui de forma positiva para a proteção ambiental.

A Contabilidade Ambiental tem a finalidade de registrar e identificar os eventos ambientais relacionados à empresa, de forma que a sociedade consiga analisar o posicionamento da respectiva empresa perante as questões importantes do meio ambiente.

Gonçalves e Heleiodoro (2005) destacam que a Contabilidade Ambiental vai auxiliar as organizações na medida em que é utilizada para demonstrar a responsabilidade ambiental da empresa, sendo que, quando são utilizados, os relatórios ambientais devem ser contabilizados e evidenciados de forma clara, objetiva e transparente sobre os controles dos gastos ambientais (DIAS et al., 2014).

A Contabilidade Ambiental de acordo com Freitas e Oleiro (2011) tem o objetivo de registrar todas as informações referentes aos impactos ambientais, devendo assegurar que os ativos, passivos e os custos ambientais estejam contabilizados de acordos com as leis e os princípios fundamentais de Contabilidade que o desempenho ambiental tenha ampla transparência de que os usuários das informações contábeis necessitam conhecer.

Na evidenciação e registros das informações socioambientais são encontradas inúmeras dificuldade pelas empresas que impedem essa divulgação. A principal é a

segregação das informações de natureza socioambiental das demais informações gerais da empresa, bem como sua correta classificação e avaliação contábil (SANTOS et al., 2001).

Atualmente, as empresas estão vendo a Contabilidade Ambiental como salva-guarda para resolver as dificuldades encontradas pelas empresas, não só para resolver os problemas ambientais, como também para resolver as questões no que diz respeito ao bem da sociedade que está sendo cada vez mais cobrando delas uma postura em relação aos impactos que suas atividades estão causando ao meio ambiente. (FERIGOLO & JUNIOR, 2007; RIBEIRO, 2012).

O próximo tópico fala da Gestão Ambiental, suas definições e importância, como também do Sistema de Gestão Ambiental que é uma ferramenta utilizada pelos administradores da Gestão Ambiental que visa sempre o desenvolvimento sustentável dentro da organização.

## **2.2 Gestão ambiental**

A Gestão Ambiental é uma forma de administrar todas as atividades econômicas e sociais das organizações de maneira com que o exercício dessas atividades não venha prejudicar o meio ambiente e que possa utilizar os recursos naturais renováveis e os não renováveis de forma consciente e racional.

De acordo com Tinoco e Kreamer (2008) a Gestão Ambiental é um sistema estruturado em cuja organização são implantadas atividades de planejamento, responsabilidade, práticas, procedimentos, processos que são desenvolvidos dentro da empresa com o objetivo de atingir e manter a política ambiental.

A Gestão Ambiental pode ser usada como ferramenta de *marketing*, já que a sociedade está preocupada com o futuro do planeta e, nessa mudança, as empresas vão passar a consumir produtos e serviços de empresas que preservam e amam o meio ambiente.

As mudanças, no que diz respeito às questões ambientais, segundo Oleiro e Pinheiro (2010), estão obrigando as empresas a desenvolver sistemas de gestões que possam atender às demandas vindas de seus clientes e cumprir as legislações ambientais.

Oliveira e Pinheiro (2010) definem o SGA como um conjunto de medidas que devem ser adotadas pelas organizações dentro de sua entidade com o objetivo de controlar, planejar, eliminar e diminuir os impactos ambientais que suas atividades causam ao meio ambiente.

Quando a empresa decide adotar na sua organização o Sistema de Gestão Ambiental, tem como ferramenta as normas 14.000 e a 14.001. A norma 14.000 vai garantir a certificação ambiental e tem a finalidade de padronizar e implementar voluntariamente o SGA. A norma 14.001 vai orientar as empresas na aplicação do SGA. O Sistema de Gestão Ambiental contribui para as metas de Desenvolvimento Sustentável, compatível com diferentes estruturas culturais, sociais e organizacionais (OLEIRO & PINHEIRO, 2010).

Tinoko e Kraemer (2008) definem o Sistema de Gestão Ambiental como um instrumento da gestão que possibilita a empresa de grande e pequeno porte de controlar o impacto de suas atividades no meio ambiente.

A seguir são apresentados alguns princípios fundamentais do SGA que a organização deve adotar na sua empresa:

**Quadro 1** - Princípios fundamentais do Sistema de Gestão Ambiental

| <b>Princípios</b>              | <b>Aplicabilidade</b>   |
|--------------------------------|---|
| Políticas ambientais           | Comprometimento com as questões ambientais na busca contínua pelo melhoramento ambiental  |
| Planejamento                   | Identificar e avaliar os aspectos e impactos ambientais   |
| Implementação                  | Os documentos devem ser identificados comunicados de forma com que garanta a sua aplicação.   |
| Verificação e ações corretivas | Definir medidas para controlar os impactos ambientais e implantar ações corretivas e preventivas que devem estar acessíveis.                      |
| Revisão pela direção           | É dever da direção rever o Sistema de Gestão Ambiental e avaliar sua adequabilidade e eficácia num processo que deve ser devidamente documentado. |

**Fonte:** Kremear (2006), adaptado pela autora.

O Sistema Gestão Ambiental vai aliar a percepção e a preocupação de algumas entidades em relação ao meio ambiente ao desejo de atrair mais clientes e tornarem-se competitivas no mercado onde a Contabilidade aparece para auxiliar na mensuração dos impactos deste novo sistema na economia mundial (OLEIRO & PINHEIRO, 2010).

Ferreira (2009) cita que a missão da Gestão Ambiental é proporcionar o melhor retorno econômico possível sobre os recursos da entidade, considerando a preservação do meio ambiente. Já o Sistema de Gestão Ambiental vai garantir dentro da organização ações de prevenção e diminuição dos impactos ambientais e tornar as atividades da entidade ecologicamente corretas nos aspectos econômico, social e ambiental.

O tópico seguinte abordará sobre a Governança Ambiental que é entendida, na visão de vários autores, como políticas públicas que têm como objetivo a preservação e a conservação do meio ambiente principalmente da biodiversidade.

### **2.3 Governança ambiental**

Os impactos humanos do meio-ambiente são ordenados e regulamentados por normas e regras. Isso pode ser compreendido pela Governança Ambiental que vai criar regras, instituições, monitoramento e aplicações dessas regras. No momento em que escolhem, desenvolvem, fabricam e vendem os produtos que efetivamente são responsáveis direta ou indiretamente pela destruição dos recursos naturais. As empresas neste sentido se tornam atores políticos.

Câmara (2011) dentro deste contexto afirma que a Governança Ambiental pode ser entendida como política pública que envolve a busca pela preservação e conservação do meio-ambiente, compreendendo o uso sustentável dos recursos naturais, com enfoque especial para os recursos da biodiversidade.

Inicialmente as empresas adotaram as políticas de responsabilidade social, de acordo com Câmara (2013), por iniciativa voluntária, sendo que, muitas dessas políticas estavam voltadas para área ambiental no intuito de diminuir os impactos ambientais das empresas sobre o meio ambiente.

De acordo com Arruda e Modesto (2008), a Governança Ambiental corresponde à distribuição de poder, legitimidade e autoridade, onde há um estabelecimento de regras e

normas sobre quem e como detém o poder entre os diversos níveis de instituições na tomada de decisões entre os atores das agências do Estado que representam a sociedade civil e empresas, entre outros.

O termo Governança Ambiental pode ser usado no caso quando envolvem assuntos relacionados à sustentabilidade ou políticas ambientais. Câmara (2011) fala que o termo Governança foi conceituado pelo Banco Mundial como sendo “[...] a maneira pela qual os poderes são exercidos na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento.” e apresenta quatro dimensões-chave: administração do setor público, quadro legal, participação e prestação de contas *accountability*, informações e transparência.

Para que o Sistema de Governança Ambiental seja considerado justo e válido, segundo Hauselman e Valejo (2005), o mesmo tem a necessidade de uma ampla estrutura em que gerenciem seus negócios, necessidade dos processos de equilíbrio de poder e a vontade de aceitação pelos associados públicos e privados.

Arruda e Modesto (2008) consideram a Governança Ambiental como uma estrutura de processos político econômico e social que modela e constrange o comportamento de atores em direção ao meio ambiente.

Para Newell et. al (2005), a Governança Ambiental pode ser referir às múltiplas ações dos impactos humanos ao meio-ambiente que são ordenados e regulados. Para que isso possa acontecer, existe a necessidade de se criar regras, construções de instituições, monitoramento e aplicações dessas regras. A aceitação da Governança Ambiental implica na construção de uma infraestrutura flexível de normas, expectativa e compreensão social do comportamento ambiental no processo que engaja a participação dos *Stakeholders*.

A interação entre a política e a economia no contexto de Governança Ambiental considera o papel da empresa como ator político em que os negócios são permeados pela Política Ambiental no âmbito geral. Isso vai influenciar as empresas no campo de negociação governamental de tratados internacionais e no o campo científico por meio de painéis construtivos e elaboração de relatórios (NEWELL et al., 2005; ARRUDA; MODESTO, 2008).

Câmara (2013) fala que a disputa dos poderes na negociação de empresas, governos, ONGs e consumidores vão abalar as regras de governança empresarial que são modificados

nos diferentes contextos. A Governança Ambiental trata no contexto histórico da formulação e da execução de políticas de uso e controle dos recursos naturais, até a consolidação da Política Nacional do meio-ambiente.

A Governança Ambiental é citada por Cavalcante (2004, p.1) como um “[...] arcabouço institucional de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam a maneira com que os poderes são exercidos na esfera de políticas ou ações ligada as relações da sociedade com o sistema ecológico.”

A Governança Ambiental tem a missão de promover as políticas públicas na qual têm o papel de exercer um poder para alcançar o desenvolvimento sustentável e, especificamente, a dimensão gerencial e as condições de legitimidade dos processos decisórios, incluindo o sistema de incorporação política da sociedade civil.

O próximo tópico argumenta sobre as práticas de transparência socioambientais adotadas pelas empresas, definindo o termo transparência e as práticas existentes de transparências, como também subtópicos que tratam do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e do Balanço Social.

#### **2.4 Práticas de transparências socioambientais adotadas pelas empresas**

A transparência é um termo que está inserido no rol da governança organizacional da empresa no setor privado. Ela é citada como um dos princípios éticos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com definições e exemplificação no seu código de conduta.

Para que possam produzir uma sensação de confiança mútua das relações entre as organizações e terceiros, as divulgações das informações de transparência devem ser realizadas de acordo com dispositivos de lei ou regulamentos.

É um direito de todo cidadão receber dos órgãos públicos informações de seus interesses particular, coletivo ou geral que serão prestados no prazo da lei sobre pena de responsabilidade Constituição Federal, artigo 5º, XXXIII (BRASIL, 1988).

Para Souza et al. (2009) a transparência tem como finalidade de inibir os desmandados praticados por chefia de poderes administrativos, no uso inédito dos bens públicos. Compreendendo premência de que as informações podem estar em condições de

serem interpretada pela sociedade como todo. É claro que a transparência só pode existir se tiver uma influência pela maneira com que o teor das informações são divulgadas.

Segundo Cruz e Ferreira (2012), o objetivo da transparência é garantir a todos os cidadãos, individualmente, por meio de diversas formas em que costuma se organizar acesso às informações que explicam as ações a serem praticadas pelos governantes.

Platt Neto et al. (2007, p. 92) consideram que os elementos básicos da transparência são “[...] a publicidade, a compreensibilidade das informações e a utilidade para decisões.” Conceituando esses elementos, a publicidade é a difusão de informações por vários meios em um curto espaço de tempo; a compreensibilidade das informações é a boa estrutura e a fácil linguagem das informações e o da utilidade das decisões é a importância, qualidade e a confiabilidade das informações.

No intuito de tornar transparente as suas informações no âmbito econômico, financeiro, social e ambiental, as empresas usam mecanismos para tornar transparentes todas as suas atividades empresariais onde todos os usuários possam ter acesso às informações. As principais formas de passar aos *Stakeholders* as informações necessárias para as transparências das empresas são: *site*, livros, revistas, demonstrativos, relatório entre outros (CRUZ e FERREIRA, 2012; DIAS et al. 2014).

Os assuntos divulgados pelas empresas em *site* são principalmente sobre informação socioambiental, na forma de Relatórios de Sustentabilidade, Demonstrações Financeiras, Balanço Social como também em alguns casos as Demonstrações do Valor Adicionado.

Partindo desses pressupostos, a transparência compreende-se como uma forma de não esconder nada e tornar público suas informações. Nesse sentido, a transparência está ligada à teórica da legitimidade que é influenciada pela divulgação de informação sobre o desempenho da organização e não simplesmente pela sua realização.

O próximo tópico aborda as principais práticas de transparências adotadas pelas empresas no que diz respeito às definições, objetivos, características e a importância dos Relatórios de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e do Balanço Social.

### 2.4.1 Relatório de Sustentabilidade

O sucesso de uma entidade pode está ligado diretamente ao grau de transparências em divulgar seus indicadores socioambientais. A publicação do Relatório de Sustentabilidade é uma das principais formas das empresas prestarem contas à sociedade e ao mercado a respeito de sua atuação e prática de sustentabilidade. Por meio dessa divulgação, as organizações e todo o seu público têm em mão um instrumento que possibilita mostrar e implementar um processo de melhoria contínua do desempenho da empresa, rumo ao desenvolvimento sustentável (DA ROCHA, et al., 2013).

A maiorias das empresas estão usando o Global Reporting Initiative (GRI), que é um Relatório de Sustentabilidade muito utilizado atualmente pelas empresas internacionais e nacionais. Pode ser usado por empresas de grande e pequeno porte, É um modelo de relatório prático que oferece uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatada.

O Relatório de Sustentabilidade fornece as informações de natureza econômica, desempenho ambiental, social e de governança e tem a finalidade de comunicar as práticas de sustentabilidade adotadas pelas empresas. O desempenho de sustentabilidade é monitorado em uma base contínua de dados que regulamentam as decisões para as estratégicas da empresa e da política de melhor desempenho e valorização de seus ativos intangíveis (CALIXTO, 2013).

O Relatório de Sustentabilidade tem como objetivo facilitar o retorno das organizações para os seus interessados em relação às ações que implementam no campo da responsabilidade social corporativa, sendo uma ferramenta que visa uma maior transparência das atividades empresariais e ampliar o diálogo com os *Stakeholders*.

A prática da formulação do Relatório de Sustentabilidade é fundamental para a mudança da gestão em direção à economia global sustentável, que combina rentabilidade em longo prazo com justiça social e cuidado ambiental (BERNARDO; HENKES, 2012).

O Relatório de Sustentabilidade segundo Costa et al. (2013) é uma das principais ferramentas de divulgação da transparência de uma organização, isso porque tem como objetivo indicar os impactos negativos e positivos que as atividades empresariais causam no

meio-ambiente. É uma forma de empresa mostrar para a sociedade que trabalha de forma sustentável.

O tópico seguinte discorre sobre a importância das Demonstrações Financeira para a mensuração e divulgação dos assuntos referentes às questões socioambientais, como também as formas de reconhecimentos das informações sociais e ambientais.

#### **2.4.2 Demonstrações Financeiras**

A Contabilidade Ambiental dentro da organização vai estudar as informações de natureza ambiental através dos registros econômico-financeiros e apresentar nas demonstrações contábeis a real situação patrimonial da empresa.

A Demonstração Financeira é uma ferramenta adequada para se evidenciar e mensurar as informações socioambientais, porque são nesse demonstrativo que estão contidas todas as informações pertinentes à situação patrimonial e desempenho da empresa em um determinado tempo.

Freitas e Oleiro (2011) citam que as informações de natureza ambientais devem ser contidas no Balanço Social, e nas Notas Explicativas, no Relatório da Administração, em boletins internos e externos, em balanços ambientais, entre outros meios. Para que as informações sejam inseridas no Balanço Ambiental deve-se conhecer o Ativo Ambiental, Passivos e Custos Ambientais.

Tinoco e Kreamer (2008) definem ativos ambientais como sendo todos os bens da empresa que visam à preservação, proteção e recuperação ambiental e devem ser segregada em linhas à parte no Balanço Patrimonial. Já o passivo ambiental é conceituado por Tinoco e Kreamer (2008) como uma obrigação presente da empresa que decorre de eventos passados.

Tinoco e Kreamer (2008) conceituam os custos ambientais como sendo os gastos que são aplicados direta ou indiretamente no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo e em atividades ecológicas. Um dos desafios encontrados pela Ciência Contábil é a mensuração dos custos sociais, já que esses custos requerem um estudo bem aprofundado.

A Contabilidade Socioambiental tem o papel de registrar os dados da situação econômica, financeira, social e ambiental e transformar em relatórios para depois elaborarem as Demonstrações Financeiras ou Contábeis divulgar e publicar para todos os usuários da informação.

Ponte e Oliveira (2004) argumentam que as Demonstrações Financeiras possuem dados técnicos, tornando-se mais difícil sua compreensão pelos usuários internos e externos. Dentro dos Demonstrativos Financeiros exigidos pela lei das Sociedades Anônimas, apenas o Relatório da Administração e as Notas Explicativas permitem uma maior evidenciação da situação socioambiental da empresa e isso possibilita aos usuários uma melhor compreensão dos dados referentes a esse demonstrativo.

As informações divulgadas na Demonstração Financeira são mais sintéticas e têm a necessidade de dar uma maior transparência às informações financeiras, com objetivo de torná-las compreensíveis a todos os usuários interessados, reduzindo inclusive, a possibilidade de irregularidades e fraudes.

O relatório Demonstração Financeira é uma ferramenta de extrema importância não só para as empresas na tomada de decisões, mas principalmente, para os investidores que estão interessados pela situação financeira da empresa. É esse demonstrativo que vai indicar o quanto a empresa investe no socioambiental da organização e, por esse motivo, tem-se a necessidade de se buscar mecanismos para divulgar as informações nesse demonstrativo de forma fácil e compreensiva por todos os usuários internos e externos.

O próximo tópico conceitua e caracteriza o Balanço Social que é um demonstrativo que divulga informação social e ambiental de maneira com que qualquer usuário interno e externo entenda as informações de forma fácil e compreensível.

### **2.4.3 Balanço Social**

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma transparente a responsabilidade social e ambiental da organização da melhor maneira possível através das informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho da entidade perante a sociedade.

Da Silva e Dos Santos, (2014) conceitua o Balanço Social como um demonstrativo que é publicado anualmente pelas empresas que fornecem informação sobre os projetos, benefícios e ações sociais que são dirigidos pelos diversos usuários internos (empregados) e externos (fornecedores, investidores, comunidade e acionistas), sendo um instrumento estratégico que avalia e multiplica o exercício da responsabilidade socioambiental corporativa.

Da Silva e Dos Santos, (2014) afirma que o Balanço Social tem como principal finalidade agregar valores e diminuir os riscos. É um instrumento moderno de gestão e de avaliação como também inovador e transformador. O Balanço Social descreve as possíveis realidades econômica, ambiental e social da entidade suscetível de mensuração, avaliação e divulgação.

Segundo Tinoco e Keamer (2008, p. 91) são três os departamentos que se destacam na elaboração e nas divulgações do Balanço Social:

Departamento de recursos humanos, que envolvem os assalariados desde sua seleção, recrutamento e admissão, até seu desligamento; Departamento de Contabilidade, que processam os atos e fatos administrativos, suscetíveis de mensuração e avaliação contábil, econômica, financeiro e social; Departamentos de sistemas de informações, que vai agilizar as informações, armazenar e permitir sua divulgação de forma rápida e *online*, para a empresa e para os usuários externos, usando entre outros meios a *web*.

O Balanço Social constitui-se no melhor exemplo de *accountability* que segundo Tinoco e Kramer (2008, p.91), representam as obrigações que as organizações têm de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros sociais, os *stakeholders*.

O Balanço Social tem por objetivo o de ser equitativo e comunicar informação que venha satisfazer as necessidades de todos aqueles que dela precisam, descrevendo as possíveis realidades econômica, ambiental e social da entidade.

O Balanço Social é suscetível de mensuração, avaliação e divulgação. Isso torna a missão da Contabilidade que, enquanto Ciência, reporta informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade.

As empresas brasileiras estão aderindo à prática do Balanço Social seguindo o modelo da IBASE que, de acordo com o instituto Ethos (2007), é um balanço social simples e de fácil penetração que pode ser usado em diversos segmentos da sociedade; tem

como principal característica contribuir para o desenvolvimento sustentado (DE LUCAS et al., 2012).

Por ter caráter qualitativo e quantitativo, as divulgações de informações de natureza social, abrangem de acordo com De Lucas et al., (2012) os seguimentos socioeconômico e ambiental, que visa mostrar a colaboradores, internos e externos as ações da empresa relacionadas aos projetos voltados para a proteção ambiental.

O Balanço Social tem como objetivo demonstrar a responsabilidade das empresas com os seus funcionários perante as organizações públicas ou privadas de forma transparente e de fácil acesso para toda a sociedade. É neste sentido que o Balanço Social se torna relevante para a empresa porque é uma forma de a mesma se prevenir contra as sanções das leis trabalhistas (MILIANI FILHO, 2008).

A divulgação do Balanço Social é uma forma da entidade mostrar para a sociedade sua responsabilidade socioambiental como empresa sob o ponto de vista da sustentabilidade, como ferramenta que tem o objetivo de presta conta das atividades e dos impactos econômicos, sociais e ambientais da empresa.

Diante dos demonstrativos citados anteriormente utilizados nesta pesquisa como práticas de transparências socioambientais praticadas mundialmente pelas empresas se destacam o Relatório de Sustentabilidade e o Balanço Social como os principais meios de as empresas divulgarem e publicarem informações de natureza socioambiental.

O motivo que pode levar as empresas a divulgarem poucas informações no Demonstrações Financeiras pode ser justificado nos estudos de Vellani e Ribeiro (2009) que argumentam que muitas vezes as empresas não têm conhecimento específico para reconhecer gastos sociais e ambientais, dificultando o reconhecimento de suas ações no meio social e ambiental no qual se encontra a entidade (LUZ, 2013).

No Brasil não existe uma lei específica que obrigue as empresas a divulgarem e publicarem informações socioambientais. A maioria delas publica voluntariamente, com objetivo de torna suas práticas transparentes. Ao publicarem e divulgar informações socioambientais, as empresas são vista pela sociedade como entidades responsáveis, dignas de prêmios por promoverem essas práticas. As pesquisas de Costa et al. (2013), Nascimento et al. (2009), Rezend et al. (2008), Vellani e Ribeiro (2009), Voss et al.(2010) corroboram com a argumentação.

O próximo tópico discorre sobre as normas de evidenciação das informações de natureza socioambiental, argumentando a importância da aplicação dessas normas para a evidenciação e mensuração das questões socioambientais.

## 2.5 Normas de evidenciação de natureza socioambiental

No Brasil, a Norma que estabelece as entidades para as evidenciações das informações de natureza socioambiental é a Norma NBCT 15 (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas 15). Essa norma foi aprovada em 19 de agosto de 2004, tendo o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das organizações. A NBCT 15 estabelece parâmetros para as divulgações de informações de natureza social e ambiental (ALBERTON, 2004).

A NBCT 15 instituiu como forma de divulgação a demonstração de informações de natureza social e ambiental de modo complementar as Demonstrações Contábeis e não se confundi com as Notas Explicativas.

As informações contidas nas demonstrações são extraídas da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados pela norma, e para efeito de comparações devem ser apresentadas as informações do exercício atual e do anterior.

Os itens 15.2.4 da NBCT 15 cita que as informações relativas à entidade, no que diz respeito ao meio-ambiente, devem ser evidenciadas em: investimentos e gastos com processos e manutenção operacional para a melhoria do meio-ambiente, preservação e recuperação de ambientes degradados, educação ambiental para os empregados e para a sociedade e com projetos ambientais, como também quantidades de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, valor de multa, indenização judiciárias e passivas e contingências ambientais.

A Norma NBCT 15 ainda argumenta que a entidade pode acrescentar ou detalhar as informações que julgar relevantes.

A responsabilidade técnica das informações contábeis deve recair, segundo a NBCT 15, sobre o profissional contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. As informações não-contábeis devem ser indicadas e possuírem evidência

aos critérios e controle utilizados para garantir a integridade das informações (SAMPAIO, 2012).

A norma ainda argumenta que a demonstração de informação de natureza social e ambiental deve ser objeto de revisão de auditores independentes, e deve ser publicada com o relatório dos auditores quando a entidade for submetida a esse procedimento.

O capítulo seguinte trata dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, o tipo de pesquisa, fontes e coleta de dados e os procedimentos para os registros e análise dos dados.

### 3 METODOLOGIA

Para uma melhor compreensão sobre a metodologia utilizada na presente pesquisa, este item foi dividido em três tópicos: tipo de pesquisa, fonte de coleta de dados e procedimentos para registro e análise dos dados.

#### 3.1 Tipos de pesquisa

De acordo com Da Silva e Menezes (2005) pesquisa é um conjunto de ações propostas para encontrar uma solução para resolver ou tentar resolver um determinado problema que tem geralmente como base os procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é também realizada quando se tem um problema e não há informações para solucioná-lo.

Em relação aos objetivos a pesquisa é considerada como descritiva e exploratória com abordagem qualitativa. Esta pesquisa teve caráter descritivo por que investigou as práticas de transparências de natureza socioambiental adotada pela Embasa através dos demonstrativos divulgados. É considerada como exploratória, porque aborda inicialmente tópicos debatidos e explorados por vários autores. Gil (2008) cita que a pesquisa exploratória envolve um levantamento bibliográfico sobre o assunto a ser investigados.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, porque identifica as práticas de transparência adotadas pela Embasa por meio de análise de conteúdo, embora quantifique os elementos evidenciados no período investigado.

O procedimento adotado na pesquisa foi o da pesquisa bibliográfica, que segundo Da Silva (2008), é um excelente meio de informação científica que permite encontrar as fontes, os livros e os materiais científicos pertinentes para a concretização do trabalho científico.

Para coletar e interpretar os dados retirados dos demonstrativos publicados pela Embasa, foi utilizado o método da análise de conteúdo. Bardin (2010) fala que análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

### 3.2 Fontes de coleta de dados

Para a realização desta pesquisa, considerou-se como objetivo de estudo identificar quais são as práticas de transparências de natureza socioambiental adotadas pela Embasa.

Os dados foram coletados no *site* da Empresa Baiana de Água Esgotamentos Sanitários (Embasa), que se encontra disponível em [www.embasa.gov.ba.com.br](http://www.embasa.gov.ba.com.br). Sendo assim, para este trabalho de pesquisa, utilizou-se o Relatório de Sustentabilidade, Demonstrações Financeiras, Balanço Social no período de 2010 a 2013 para a coleta e registro dos dados, verificando-se, nesse intervalo, se as práticas de transparências de natureza socioambiental praticadas pela Embasa tiveram uma evolução.

Analisando as informações de natureza socioambiental, totalizou-se quatro Relatórios de Sustentabilidade, quatro de Demonstração Financeira e três de Balanço Social. Não foram identificados na pesquisa, no ano de 2010, o Balanço Social da Embasa, mas foi identificada a existência de evidenciações das informações de natureza socioambiental pela empresa pesquisada.

### 3.3 Procedimentos para registro e análise dos dados

Neste tópico, foram descritos os elementos socioambientais que são evidenciados nos demonstrativos anuais da Embasa, utilizando-se da metodologia da análise de conteúdo, que, de acordo com Berretta e Bozzolan (2008), é a análise mais usada em estudos sobre *Disclosure*.

Na nomenclatura foram utilizados análise de conteúdos para identificar as evoluções das informações de natureza socioambiental identificadas dentro dos relatórios de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social. Os critérios adotados para as análises de conteúdo foram de acordo com Categorias *versus* Demonstrativos, Anos *versus* Categorias e Demonstrativos *versus* Anos. O objetivo da utilização dessa análise é a verificação da evolução das informações socioambientais, de acordo com todas as categorias identificadas.

As análises foram elaboradas através de categorias de análise comparativas que vão permitir uma melhor observação pelos diversos ângulos, elaborados de acordo com a evolução das informações socioambientais identificadas pela autora da pesquisa.

**Quadro 2** - Evolução das informações por Categoria *versus* Demonstrativo

| Categories                    |                |                |           |
|-------------------------------|----------------|----------------|-----------|
| Demonstrativos                | Social interna | Social externa | Ambiental |
| Relatório de Sustentabilidade | 28             | 17             | 12        |
| Demonstração Financeira       | 15             | 4              | 3         |
| Balanço Social                | 29             | 10             | 3         |
| <b>Total</b>                  | <b>72</b>      | <b>31</b>      | <b>18</b> |

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2014.

A principal finalidade dessa análise é identificar em quais das categorias (social interna, externa e ambiental) a Embasa divulgou mais informações, com relação ao Relatório de Sustentabilidade, Demonstrações Financeiras e Balanço Social. Nessa análise não são consideradas as evoluções por ano.

**Quadro 3** - Evolução por Ano *versus* Categorias

| Ano                     |           |           |           |           |
|-------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Categorias              | 2010      | 2011      | 2012      | 2013      |
| <b>Social interna</b>   | 9         | 21        | 22        | 21        |
| <b>Social externa</b>   | 3         | 9         | 9         | 10        |
| <b>Social ambiental</b> | 3         | 5         | 5         | 5         |
| <b>Total</b>            | <b>15</b> | <b>35</b> | <b>36</b> | <b>36</b> |

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2014.

O quadro acima vai permitir uma visão acerca das informações de acordo com os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 e verificar em quais das categorias social interna, externa e ambiental foram mais evidenciadas as informações. Essa análise vai possibilitar a autora ter uma visão de comparabilidade por período dessas informações, possibilitando descrever

as informações que foram ou deixaram de ser publicadas ou evidenciadas pela empresa no decorrer do período. Nessa análise não é considerado as informações por demonstrativos.

**Quadro 4** - Evolução por Demonstrativos *versus* Ano

| Demonstrativos | Relatório de Sustentabilidade | Demonstração Financeira | Balanço Social |
|----------------|-------------------------------|-------------------------|----------------|
| Anos           |                               |                         |                |
| 2010           | 11                            | 4                       | 1              |
| 2011           | 14                            | 6                       | 13             |
| 2012           | 15                            | 6                       | 15             |
| 2013           | 16                            | 5                       | 15             |
| <b>Total</b>   | <b>56</b>                     | <b>21</b>               | <b>44</b>      |

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2014.

O objetivo principal dessa análise é o de verificar em quais demonstrativos o Relatórios de Sustentabilidade, Demonstrações Financeiras e Balanço Social as informações foram mais evidenciadas nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013.

Conclui-se que, as análise utilizada no estudo vai possibilitar uma visão acerca das praticas de transparência socioambiental utilizada pela Embasa de forma como que se possa identificar se as informações estão sendo elaboradas de forma clara e objetiva e para qual o alvo principal das informações.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta as análises dos resultados relacionados com as práticas de transparências socioambientais da Embasa. O principal objetivo desta seção foi fazer uma análise acerca das informações socioambientais colhidas no Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e no Balanço Social no período de 2010 a 2013.

### 4.1 Práticas de transparência socioambiental

O objetivo principal dessa seção foi o de analisar e interpretar o conteúdo das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade, Demonstrações Financeiras e Balanço Social, bem como descrever através de quadro, as informações sobre a evolução da transparência das informações de natureza socioambientais adotadas pela Embasa através dos demonstrativos.

As informações coletadas para responder o problema da pesquisa foram de natureza socioambiental, que estão divididas em três categorias: a primeira, sociais internos, a segunda, sociais externos e a terceira, ambientais.

Melo e Froes (2001) classificam a responsabilidade social interna como as ações praticadas pelas empresas cujos beneficiários são os empregados, dependentes e familiares; a responsabilidade externa são as ações que beneficiam a comunidade, fornecedores, clientes e a sociedade em geral; a ambiental são as ações geradas pela empresa de preservação, conservação e proteção ambiental.

Para melhor compreensão do estudo, os dados coletados foram identificados de acordo com a evolução das informações socioambientais identificadas pela autora da pesquisa conforme análises citadas abaixo.

O Quadro 2 representa a evolução das informações por categorias social interna, externa e ambiental encontradas no Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e no Balanço Social. A categoria que representou um maior número de informação foi a social interna dentro do Balanço Social. Corroborou com esse resultado o estudo de Voss, Pfitscher e Da Cruz (2010), que aponta para o fato de que apenas uma

entidade adotou o Balanço Social, enquanto as outras divulgaram ações sociais e ambientais por meio de relatório próprio.

Na categoria Social Interna e Externa, os demonstrativos que mais evidenciaram informações foram: Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. Isso pôde ser justificado no estudo de Rezende, Junqueira e Medeiros (2008) que ao analisar as práticas de responsabilidade social de empresas brasileiras premiadas no Guia Exames de Sustentabilidade de 2007 concluíram que a responsabilidade social é orientada no âmbito interno para o externo.

Na categoria ambiental, o demonstrativo que mais evidenciou essas informações foi o Relatório de Sustentabilidade. Esse demonstrativo tem o objetivo de mostrar para a sociedade o que a empresa faz para minimizar os impactos ambientais provocados no desenvolvimento de suas atividades.

Analisando as Demonstrações Financeiras percebe-se que esse demonstrativo evidenciou um total de 22 itens que são considerados baixos, comparando com os demais demonstrativos. Esse resultado pode ser justificado no estudo de Rover et al. (2010) no qual examinaram as Demonstrações Financeiras padronizado das empresas brasileiras listadas na BOVESPA no ano de 2006. Como resultado, constatou-se que nas Demonstrações Financeiras as informações socioambientais são poucas evidenciadas e que a maiorias das vezes só aparecem no Relatório da Administração e no Notas Explicativas.

O Quadro 3 comprova que nos quatro anos pesquisados, as informações das categorias sociais internas e externas foram mais evidenciadas. A menos evidenciada foi a categoria ambiental. Esse fato, baixa quantidade de informação ambiental, pode ser justificado no estudo de Vellani e Ribeiro (2009) que teve como objetivo investigar, analisar e identificar o tipo de evento relacionado com o fato gerador de gastos ambientais. Foi identificado nesse estudo que os gastos ambientais não são reconhecidos e podem ser feitos de formas equivocadas provocando falta de transparências.

O Quadro 4 possibilitou uma visão mais clara sobre a evolução das informações do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social de acordo com os anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. Nos quatro anos analisados, o demonstrativo que mais evidenciou informações socioambientais foi o Relatório de Sustentabilidade. Corroborou com essa constatação o estudo de Costa *et al.* (2013) que dá importância para o Relatório

de Sustentabilidade como um instrumento de gestão para as divulgações de informações socioambientais.

No que tange à quantidade de informações evidenciadas nas categorias sociais e ambientais constatou-se que: i) O Relatório de Sustentabilidade foi o demonstrativo que apresentou o mais elevado nível de informações que comprovam a evidenciação da responsabilidade socioambiental da empresa, enquanto a Demonstração Financeira e o Balanço Social apresentaram os menores níveis; ii) Considerando o grau de informação, a empresa apresentou informações suficientes que comprovam sua responsabilidade social. No quesito ambiental, as informações são consideradas insuficientes, pois só se constatou os impactos positivos de suas atividades e não se evidenciou os negativos; (iii) As informações identificadas no Relatório de Sustentabilidade e no Balanço social são consideradas de caráter financeiro e não estavam localizadas nas Demonstrações Financeiras.

Já as Demonstrações Financeiras foi menos utilizado para a divulgação de informações socioambientais. Nessa mesma linha, Costa et al. (2013) argumentam que as empresas sentem dificuldade no reconhecimento de informações ambientais. Isso pode ser considerado pelo baixo nível de informações dessa natureza nesse demonstrativo.

Nesse ponto da pesquisa cabe elucidar que os resultados obtidos a partir da análise qualitativa do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social comprovam que a Embasa utilizou-se desses mecanismos para se legitimar perante a sociedade.

Portanto, os resultados estão alinhados com as pesquisas dos autores citados anteriormente e com o estudo de Dias et al. (2014) que tratam da temática da pesquisa.

#### **4.2 Análises dos principais achados**

O estudo identificou que as práticas de transparência adotada pela Embasa foram através do Relatório de Sustentabilidade, Demonstrações Financeira e no Balanço Social. O Quadro 5, abaixo, mostra as informações no contexto geral das informações socioambientais identificados neste estudo.

**Quadro 5** - Identificação de informações socioambientais

|    | Categorias de Informação                   | 2010      | 2011           | 2012           | 2013           |
|----|--|-----------|----------------|----------------|----------------|
|    | <b>Social Interna</b>                      |           |                |                |                |
| 1  | Funcionário                                | (1) e (2) | (1) e (2)      | (1) e (2)      | (1) e (2)      |
| 2  | Alimentação                                | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 3  | Encargos Sociais                           | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 4  | Previdência Privada                        | 0         | (1), (2) e (3) | (1), (2) e (3) | (1), (2) e (3) |
| 5  | Saúde                                      | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 6  | Segurança e Saúde no Trabalho              | 1         | (1) e (3)      | (1) e (3)      | (1) e (3)      |
| 7  | Educação                                   | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 8  | Cultura                                    | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 9  | Capacitação e desenvolvimento profissional | 1         | (1) e (3)      | (1) e (3)      | (1) e (3)      |
| 10 | Assistência Social                         | 1         | 1              | 3              | 3              |
| 11 | Participações nos Lucros e Resultados      | (1) e (2) | (1), (2) e (3) | (1), (2) e (3) | (1), (2) e (3) |
| 12 | Eventos técnicos sociais internos          | 0         | 0              | 3              | 0              |
| 13 | Benefícios                                 | 1         | 1              | 1              | 1              |
| 14 | Salários                                   | 2         | (1) e (2)      | (1) e (2)      | (1) e (2)      |
|    | <b>Social Externa</b>                      |           |                |                |                |
| 15 | Programas                                  | (1) e (2) | (1) e (2)      | 1              | 1              |
| 16 | Usuários                                   | 0         | (1) e (2)      | (1) e (2)      | 1              |
| 17 | Comunidade                                 | 1         | 1              | 0              | 1              |
| 18 | Cultura                                    | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 19 | Saúde                                      | 0         | 0              | 0              | 3              |
| 20 | Esporte                                    | 0         | 3              | 3              | 3              |
| 21 | Educação                                   | 0         | 3              | 0              | 0              |
| 22 | Eventos Técnicos Sociais Externos          | 0         | 0              | 3              | 3              |
| 23 | Impactos Positivos                         | 0         | 0              | 1              | 1              |
| 24 | Impactos Negativos                         | 0         | 0              | 1              | 1              |
| 25 | Práticas de Sustentabilidade               | 0         | 1              | 1              | 1              |
|    | <b>Ambiental</b>                           |           |                |                |                |
| 26 | Riscos Ambientais                          | 0         | 0              | 0              | 0              |
| 27 | Recuperação Ambiental                      | 1         | 1              | 1              | 1              |
| 28 | Investimentos Ambientais                   | 1         | (1) e (3)      | (1) e (3)      | (1) e (3)      |
| 29 | Programas/Projetos Ambientais              | 1         | (1) e (2)      | (1) e (2)      | (1) e (2)      |

**Fonte:** Guthrie et al (1999), adaptado pela autora.

0 = Não Foi Identificado em nenhum demonstrativo; 1 = Foi identificado no Relatório de Sustentabilidade; 2 = Foi identificado na Demonstração Financeira; 3 = Foi identificadas no Balanço Social.

O Quadro 5 mostra as informações de acordo com as categorias social interna, externa e ambiental. Dentro dessas categorias foram selecionados itens que foram especificados de acordo com as categorias identificados nos demonstrativos nos períodos de 2010 a 2013. O objetivo desse quadro foi identificar, no contexto analisado, as informações evidenciadas em todos os demonstrativos.

Ao analisar o Relatório de Sustentabilidade de 2010, pode-se observar que a Embasa realmente evidenciou as informações de natureza socioambiental. É importante destacar que houve uma grande dificuldade na localização dessas informações, sendo que a estrutura do relatório não estava dividida em tópicos, dificultando a localização das informações de natureza socioambientais. Nos anos de 2011 a 2013, os Relatórios de Sustentabilidade já estavam identificados por tópicos e não foi encontrada nenhuma dificuldade na identificação dessas informações.

Ainda no Relatório de Sustentabilidade, é importante destacar que as informações de natureza social, tanto na interna como externa, foram evidenciadas de forma clara e objetiva, destacando os itens de recursos humanos, saúde e segurança do trabalho e programas e projetos em benefício da sociedade. Já o aspecto ambiental foi evoluindo no decorrer de cada período e que a empresa destacou os investimentos na recuperação de matas ciliares, preservação da flora e da fauna e programas/projetos em que a empresa trabalha em parceria com a comunidade. Não foi identificada nesse relatório nenhuma informação dos impactos ambientais negativo/positivo da atividade operacional da empresa.

Nas Demonstrações Financeiras foram encontradas várias dificuldades na identificação dessas informações durante o período de 2010 a 2012, devido não haver tópicos que identificassem essas informações no que se referem ao socioambiental. Dentro das Demonstrações Financeiras, só foram encontradas evidências no Relatório da Administração e das Notas Explicativas, não tão claras, comparando aos outros demonstrativos. Ao analisar os elementos patrimoniais, não foi identificada nenhuma informação de mensuração e nem evidências socioambientais.

Em 2013 as informações do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e do Balanço Social estavam bem estruturados facilitando a localização dos itens de acordo com as categorias.

No âmbito geral as informações Sociais Internas representam 73 que foram evidenciadas nesse demonstrativo. As informações referentes aos funcionários, salários a pagar, previdências privadas e as participações dos empregados que totalizam 73 evidências. Já no que se refere ao externo e ambiental, foram encontradas 48 evidências que representam programas e projetos sociais e ambientais.

É importante observar que durante a pesquisa, foram encontradas no Relatório de Sustentabilidade e no Balanço Social evidências que comprovam investimentos por parte da empresa no meio-ambiente como também em seus funcionários através da capacitação, desenvolvimento profissional, segurança e saúde dos trabalhadores. Nesse demonstrativo, não foi encontrada nenhuma conta referente a investimentos, despesas, custos nem passivos ambientais ou sociais.

No Balanço Social, a empresa não divulgou o de 2010, dificultando a pesquisa. Mas, nos últimos três anos, a empresa divulgou esses demonstrativos, sendo que, dentro desse demonstrativo, as informações sociais foram evidenciadas de forma fácil e objetiva, pois essas informações estavam identificadas por categorias. Já nas informações ambientais foram encontradas 18 evidências que representam programas, projetos e investimentos que não estavam rateados.

Dentro dos quatro anos investigados, percebe-se que as informações nas categorias sociais externas e ambientais apresentaram uma evolução parcial dentro dos demonstrativos investigados. A partir do total de itens que compõem a categoria interna, verificou-se que os valores são os maiores comparados com as demais categorias.

Uma explicação para que esses valores sociais internos tivessem um aumento, pode ser explicada pelo fato de que a empresa sofreu mais pressões e cobranças relacionadas aos recursos humanos da entidade.

É importante destacar que as informações internas, externas e ambientais têm um impacto muito importante para a transparência da empresa diante dos seus usuários tanto internos como externos. A empresa não tem que se preocupar apenas em divulgar informações interna social mais também externa e ambiental.

As informações externas possuem um grau de influência sobre a comunidade, pois, é através dessa categoria, que as empresas vão registrar a sua parcela de contribuição dentro da comunidade onde estão inseridas. As informações ambientais são relevantes, pois é uma

forma de a empresa mostrar para a sociedade que trabalha em prol do desenvolvimento sustentável e que se preocupa com a preservação e conservação ambiental.

Portanto, a não-divulgação das informações socioambientais, torna-se um aspecto desvantajoso, comprometendo muitas vezes a imagem da empresa. Por outro lado as informações evidenciadas pela empresa de natureza socioambiental são consideradas como um instrumento competitivo e são vistas pela sociedade como empresas ambientalmente responsáveis, com isso, são dignas de prêmios e reconhecimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como principal objetivo identificar as práticas de transparência adotada pela Embasa de natureza socioambiental. Como objetivos específicos, trataram-se das práticas de transparência no âmbito corporativo e analisaram-se as práticas de transparência adotada pela Embasa.

Diante dos objetivos mencionados, adotou-se como referência os procedimentos metodológicos desenvolvidos por vários estudiosos, conforme referencial teórico. Assim, para responder o problema da pesquisa, foram feitas consultas no *site* da Embasa selecionando-se o Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e o Balanço Social dos anos de 2010 a 2013 para, desse modo, alcançar os objetivos deste estudo e resolver o problema da pesquisa.

Para a análise de conteúdo do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e Balanço Social da Embasa (2010, 2011, 2012 e 2013), considerou como unidade de análise a quantidade de vezes que cada número aparecia nos demonstrativos citados na pesquisa, tendo como base as categorias sociais internas, externas e ambientais.

Por meio, da análise qualitativa dos demonstrativos, com relação às práticas de transparências adotadas pela empresa pesquisada, pode-se afirmar que houve uma evolução na quantidade de informações dos demonstrativos nos quatros anos investigados.

Em linhas gerais, foi possível observar que a categoria social interna foi a que mais evidenciou informações nos quatros períodos analisadas, seguidas pelas categorias social externa e ambiental. As Demonstrações Financeiras foi a menos expressivo nos quatros anos analisados, revelando que esse demonstrativo não foi utilizado pela empresa como instrumento de evidenciação de suas práticas de responsabilidade socioambiental.

No que se refere ao problema que norteou este trabalho, foi possível concluir que a Embasa adota como práticas de transparência a divulgação e a publicação do Relatório de Sustentabilidade, Demonstração Financeira e o Balanço Social.

O resultado da pesquisa confirma que a Embasa alinha-se às tendências relacionadas com as questões socioambientais, demonstrando que trabalha em prol do desenvolvimento sustentável e que estabelece, na sua organização, políticas e diretrizes que gerenciam suas atividades que controlam os impactos socioambientais.

Considerando que o estudo não abordou todos os conteúdos existentes nos demonstrativos evidenciados pela Embasa, existem algumas sugestões de pesquisas nessa mesma linha de estudo. Ao realizar a pesquisa percebeu-se a necessidade de localização dos indicadores sociais internos, externos e ambientais no Demonstrações Financeiras.

Novas pesquisas poderiam ser realizadas utilizando os instrumentos elaborados nessa pesquisa, podendo ser aplicado na área da Contabilidade, com a finalidade de analisar as práticas de responsabilidade socioambiental da Embasa.

Nesse sentido, comprovou-se as premissas levantadas no que se refere à melhoria das informações evidenciadas no decorrer dos anos, bem como o fato de as informações estarem mais presentes nas categorias internas distribuídas no Relatório de Sustentabilidade e Balanço Social.

Durante a pesquisa foram encontradas algumas limitações que minimizaram a obtenção dos resultados desejados, como o Balanço Social de 2010, que não foi elaborado pela empresa e as Demonstrações Financeiras que possuía dados sintéticos, dificultando a realização da pesquisa.

Acredita-se que o estudo seja relevante por considerar as práticas de transparências adotadas pela Embasa de natureza socioambiental. Recomenda-se ainda a possibilidade de realização de estudos relacionados à importância das transparências socioambientais para o alcance da legitimidade da entidade.

Ao tratar de outros estudos, seria importante que houvesse outras pesquisas que comprovassem o efeito das informações em inovações e legitimidade da Embasa.

## REFERÊNCIAS

ALBERTON, L. et al. Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial. In: CONGRESSO CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: USP, 2004.

ARRUDA, L.; MODESTO, F. **GOVERNANÇA AMBIENTAL E RESPOSTAS SINDICAIS NA AMÉRICA DO SUL**. [S.l.: s.n.], 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BERNARDO, B. C; HENKES, J. A. Introdução de relatórios de sustentabilidade como forma de melhoria no controle das organizações. **Gestão & Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 123-55, abr./set. 2012.

BERRETA, S.; BOZZOLAN, S. Quality versus quantity: the case of forwardlooking disclosure. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, Forthcoming. **Social Science Research Network**. [S.l.], 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**, [S.l.], v. 48, n. 4, p. 828-42, 2013.

CÂMARA, J. B. D.; BATISTA, J. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Sociologia e Política**, [S.l.], v. 21, n. 46, p. 125-46, 2013.

CAVALCANTE, C. Economia e Ecologia: problemas da governança ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [S.l.], v. 1, p. 1-10, 2004.

CRUZ, C. F.; FERREIRA, A. C. S.; SILVA, L. M.; MACEDO, M. A. S. **Transparência da gestão municipal**: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. [S.l.:s.n.], 2012.

DA ROCHA, L. F. et al. **Uma análise da evidenciação contábil contida nos relatórios de sustentabilidade de empresas listadas na BM&FBOVESPA**. [S.l.:s.n.], 2013.

DA SILVA, A. P.; DOS SANTOS, A. C. **A responsabilidade social corporativa e o balanço social como instrumento de transparência**. [S.l.:s.n.], 2009.

DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

DA SILVA, A. C. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios monografias, dissertações, teses. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DE LUCAS, M. M. M. et. al. Evidenciação voluntaria de informações sociais por empresas de capital aberto sediadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil: um estudo com base nos indicadores de responsabilidade social corporativa da ONU. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: [s.n], 2010.

DIAS, Claudevi Pereira et al. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Gestão e Contabilidade**. Teresina, v. 1, n. 1, p. 100-18, 2014.

DO NASCIMENTO, A. R. et al. Disclosure social e ambiental: análise das pesquisas científicas veiculadas em periódicos de língua inglesa. **Contabilidade Vista & Revista**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 15-40, 2009.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia para elaboração de balanço social e relatório de sustentabilidade**. São Paulo, 2007.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERIGOLO, A. M.; JÚNI, G. P. A Relevância da contabilidade ambiental sob um enfoque de responsabilidade social e de mercado. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 66, 2007.

FREITAS, D. P. S.; OLEIRO, W. N. Contabilidade ambiental: a evidenciação nas demonstrações financeira das empresas listradas na BM & FBOVESPA. REUNIR. **Revista de administração, contabilidade e sustentabilidade**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 65-81, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMIDES, J. E.; SILVA, A. C. O surgimento da expressão “governance”, governança e governança ambiental: um resgate teórico. **Ciências Gerenciais**, [S.l.], v. 13, n. 18, p. 177-94, 2010.

GONÇALVES, S. S.; HELIODORO, P. A. A contabilidade ambiental como um novo paradigma. **Universo Contábil**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 81-93, 2005.

HAUSELMAN, P.; VALLEJO, N. **Governança por múltiplos interessados**: um guia breve. [S.l.]: Secretaria de Estado da Economia, 2005.

KRAEMER, Maria Elizabeth. Gestão ambiental: **Um enfoque no desenvolvimento sustentável**. Artigo científico, Florianópolis, p.1-18, jun.2006.

LUZ, L. V.N. **Análise sobre a evidenciação de melhores práticas socioambientais pelos 20 maiores bancos que atuam no SFN.** [S.l.:s.n.], 2013.

MELO NETO, F. P.; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MILANI FILHO, M. A. F. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Revista Contabilidade & Finanças, Local**, v. 19, n. 47, p. 89-101, 2008.

NEWELL, P. J. Businnes and international environmental governance: the state of art. In: LEVY, D.J. & NEWELL, P. J. (Org.). **The business of global environmental governance.** Cambridge; London: MIT Press, 2005.

OLIVEIRA, et al. 2011. Urbanização, impactos ambientais e governança no complexo regional Centro-Sul. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 16, n. 17, p. 17-32

OLIVEIRA, O. J; PINHEIRO, C. R. M. S. Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010.

PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F., ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública. **Contabilidade Vista e Revista.** Belo Horizonte, v.18, n.1, p.75-94, jan/mar2007.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004.

RIBEIRO, M. de S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a Contabilidade Ambiental. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 4-17, 2012.

REZEND., J. M., J., M. C. & Medeiros, C. R. de O. Responsabilidade social empresarial: uma prática de gestão? In: SEMANA DO SERVIDOR E SEMANA ACADÊMICA, 4., 2008, Uberlândia. **Anais**, Uberlândia: [s.n.], 2008.

ROVER, S. et al. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o *disclosure* das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008.

SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 105-22, 2012.

SANTOS, A. O. et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001.

SOUZA, A. C. et. al. A relevância da transparência na gestão pública municipal. **Revista Campus. Parapiranga**, v.2, n.5, p. 6-20, dez 2009.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. de S. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 6, n. 11, p. 187-206, 2009.

VOSS, B. L., Pfitscher, E. D. & Cruz, F. (2010). Responsabilidade social das entidades premiadas pela ADVB/SC do ano de 2006. SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 13., 2010, São Paulo. **Anais**, São Paulo: [s.n.], 2010.